



CARTA DAS MÉDIAS E GRANDES CIDADES AO PRESIDENTE ELEITO

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) saúda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin, legitimamente eleitos pelo voto direto. Reconhece, especialmente, a disposição expressa em retomar o ambiente democrático e republicano de diálogo com os governantes dos estados e dos municípios.

Prefeitas e prefeitos estão comprometidos com o novo governo na superação do lamentável retorno do Brasil ao mapa da fome. Os municípios são historicamente eficientes e eficazes na manutenção dos cadastros das famílias em situação de vulnerabilidade. É imprescindível o contato direto e cotidiano entre a assistência social municipal e esses cidadãos.

Além disso, os municípios estão aptos para implementar as **inadiáveis medidas de enfrentamento aos reflexos danosos da pandemia na aprendizagem dos estudantes.** Também estão prontos para vacinar em massa contra a Covid-19 e outras doenças. Importante afirmar que o SUS, a Educação Básica e outras áreas demandam urgente recomposição orçamentária.

Cabe destacar que **a pandemia evidenciou e aprofundou os desafios do transporte coletivo urbano e metropolitano.** O atual modelo de financiamento, fundamentado nas receitas tarifárias, encarece as passagens, contribui para a precarização do serviço e induz a volta do transporte clandestino.

Esses temas, dentre tantos outros desafios federativos, demandam diálogo e ações coordenadas entre União, estados e municípios, em instância com empoderamento político, que supere os diálogos circunstanciais focados em ações emergenciais. Por isso, **a FNP propõe a implementação de uma instância federativa plena** para construir e pactuar estratégias e políticas públicas, **que reúna os Poderes municipais, estaduais e federal.**

A experiência do Comitê de Articulação Federativa, no primeiro mandato do presidente Lula, foi um avanço. Mas, para atender os atuais e complexos desafios, além de contemplar a **lei 14.341 de 2022, que reconhece a legítima atuação das associações de representação de municípios, a nova instância deve incluir governadores e contar com a coordenação do Presidente da República.** Também deve prever reuniões periódicas e estrutura técnico-administrativa própria.

Além disso, graves crises demandam ações estratégicas e responsabilidades compartilhadas. **A ausência de coordenação federativa no enfrentamento à Covid-19**, por exemplo, **agravou os impactos da pandemia e dificultou a adoção de medidas tempestivas**. Assim, essa proposta de inovação também se constituirá preventivamente em espaço apto e adequado para debater e encaminhar o enfrentamento de situações urgentes e complexas.

A FNP defende ainda a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e também uma **reforma tributária que respeite a autonomia municipal e assegure receitas suficientes para atender dignamente a população**. Além disso, apoia o fortalecimento e/ou retomada das comissões tripartites e de colegiados como o Conama e o Conselho das Cidades.

Sem a pretensão de esgotar os diversos assuntos que também estão sob responsabilidade local, como a interiorização e universalização do acesso à tecnologia 5G, **prefeitas e prefeitos reafirmam o compromisso com o enfrentamento das mudanças climáticas**. Colocam-se ao lado do governo federal para colaborar com o alcance das metas dessa agenda, fundamental para um desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável.

É inescapável que as agendas climática e urbana sejam integradas, com a implementação de ações conjuntas entre os entes federados. **A retomada do protagonismo internacional do Brasil ampliará as oportunidades de financiamento, assistência e cooperação técnica para viabilizar projetos sustentáveis nas cidades, gerando emprego e renda, e acelerando a transição para uma economia de baixo carbono**.

A construção de um país democraticamente mais inclusivo e socialmente justo, que promova políticas públicas de fomento à cultura, à igualdade racial e de gênero, dependem de cooperação federativa e coordenação nacional. Assim como o Presidente e o Vice-presidente da República eleitos, prefeitas e prefeitos estão prontos e legitimados - pelo voto popular -, a isso.

Brasília, 23 de novembro de 2022.

Frente Nacional de Prefeitos